

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## REQUERIMENTO Nº DE 2018 (Do Sr. Deputado Jorge Solla)

Requer a realização de Seminário para celebrar e debater os 30 anos do SUS.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 117, VIII e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o plenário desta Comissão, que seja aprovado e realizado Seminário para celebrar e debater os 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para o referido Seminário, proponho a formação de duas Mesas, uma composta pelos ex-ministros da Saúde nos últimos 20 anos e outra composta por representantes da sociedade civil, gestores e controle social.

### **Mesa I – SUS e o Ministério da Saúde nos últimos 20 anos**

José Serra (março/1998 a fevereiro/2002);  
Barjas Negri (fevereiro/2002 a dezembro/2002);  
Humberto Costa (janeiro/2003 a julho/2005);  
Saraiva Felipe (julho/2005 a março/2006);  
José Agenor Álvares (março/2006 a março/2007);  
José Gomes Temporão (março/2007 a dezembro/2010);  
Alexandre Padilha (janeiro/2011 a fevereiro/2014);  
Arthur Chioro (fevereiro/2014 a outubro/2015);  
Marcelo Castro (outubro/2015 a abril/2016);  
Ricardo Barros (maio/2016 a abril/2018);  
Ministro da Saúde (a ser nomeado por ocasião da redação desse requerimento).

### **Mesa II – Futuro do SUS num cenário de crise**

Ronald Ferreira, Presidente do CNS (Conselho Nacional de Saúde);

Leonardo Vilela, Presidente do CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde);

Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde);

Lúcia Regina Florentino Souto, Presidente do CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde);

Gastão Wagner, Presidente da ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva).

## **Justificação**

A Constituição Federal de 1988 consagrou a saúde como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Art. 196). Foi a partir deste marco histórico que ocorreu a instituição formal do Sistema Único de Saúde, o SUS. No Capítulo II, artigo 198 de nossa Carta Magna, estabeleceu-se que as ações e os serviços públicos de saúde integrariam uma rede regionalizada, hierarquizada, organizada de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.

Trinta anos passados, SUS ainda é considerado, em praticamente todo o mundo, uma das propostas mais avançadas em termos de inclusão social e universalização da assistência à saúde. O Programa Nacional de Imunização (PNI), reconhecido mundialmente, garante à população acesso gratuito a todas as vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Também é no SUS que ocorre o maior sistema público de transplantes de órgãos do mundo. Em 2016, mais de 90% dos transplantes realizados no Brasil foram financiados pelo SUS. Os pacientes possuem assistência integral e gratuita, incluindo exames preparatórios, cirurgia, acompanhamento e medicamentos pós-transplante.

Também dá assistência integral e totalmente gratuita para a população de portadores do HIV, renais crônicos, pacientes com câncer, tuberculose e hanseníase. Nosso Sistema Único de Saúde atende o equivalente à população da Espanha. Em um país de 207,7 milhões de habitantes, mais de 160 milhões dependem única e exclusivamente do SUS. Portanto, defendê-lo, fortalecê-lo e ampliá-lo é fundamental.

Diante de um grave cenário de crise econômica, com a vigência da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos na Saúde por 20 anos, mais que nunca é preciso manter o compromisso político com o SUS, para assegurar que os ganhos obtidos por meio de importantes políticas, como o Programa Estratégia Saúde da Família e o Programa Mais Médicos, não sejam perdidos e se tornem apenas uma memória saudosa do que passou.

O SUS é parte do processo de democratização no Brasil, defender seu legado e garantir sua continuidade e aprimoramento é tarefa deste Parlamento, especialmente dos membros desta Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, 12 de março de 2018.

**JORGE SOLLA**  
Deputado Federal (PT-BA)